

Bracher não vai conversar com os credores junto com Funaro

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, não vai acompanhar o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, na visita que este fará ao diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Jacques de Larosière, ainda neste mês. Também não tem programada qualquer outra viagem aos Estados Unidos com vistas a desenvolver conversações com a comunidade credora do Brasil.

"Isto não me parece necessário no momento", disse Bracher, refutando a possibilidade de fazer uma escala em Nova York, no trajeto de Seul (Coreia do

Sul), onde tem presença confirmada na próxima assembléia anual do FMI, na primeira semana de outubro. Bracher acha que há tempo para retomar os entendimentos formais com os representantes do comitê assessor da dívida externa brasileira, indicando que os contatos informais, via telefone, não foram abandonados.

"Ao que entendo, continua de pé a idéia de o comitê e os representantes da nova equipe econômica brasileira terem um encontro no fim deste mês, em Nova York, antes da reunião do FMI em Seul. Entendo também que viria o Bracher", disse ontem uma fonte financeira a

Paulo Sotero, correspondente deste jornal em Washington.)

Conforme assegurou, o governo optou primeiro, como forma de conduta, "arrumar a casa", para só depois levar à comunidade financeira internacional uma proposta concreta com os termos a serem negociados dentro da fase 3 de reescalonamento plurianual da dívida externa do País. O espírito básico da fórmula, que consiste em jogar para a frente o pagamento de parcelas das amortizações que se vencem em um determinado período de anos (a proposta até então arrematada previa um período de consoli-

dação de sete anos, entre 1985 e 1991), será mandito. Mas Bracher acenou com a possibilidade de serem introduzidas algumas adaptações novas àquela fórmula, sem, no entanto, entrar em detalhes.

Alguns pontos que vinham sendo discutidos durante a administração do ex-ministro da Fazenda Francisco Dornelles, como a questão do "relending" — reempréstimo interno dos recursos externos retidos em conta no Banco Central — e a cláusula sobre "dinheiro novo", estão sendo reestudados pela nova equipe da área financeira do governo. O presidente do Banco Central mostrou-se tranqüilo quanto à garantia da manutenção dos US\$ 16 bilhões de linhas de curto prazo — crédito de comercialização e interbancário —, que teve o acordo provisório prorrogado até o dia 17 de janeiro. "Não há qualquer tipo de resistência e as adesões, de fato, estão-se processando normalmente."